

Presidente reajusta funcionalismo e ‘pede equiparação’

BRASÍLIA – Com a campanha eleitoral se aproximando, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez ontem ato no Palácio do Planalto para efetivar uma das medidas mais cobradas em seu governo: reajuste salarial para o funcionalismo.

Ele cedeu à pressão do Judiciário e sancionou projetos de lei que reajustam o salário máximo dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 14,1 mil para R\$ 17,1 mil, retroativo a janeiro de 1998, e que criam o Plano de Cargos e Salários dos funcionários do Judiciário da União e do Ministério Público Federal. Sancionou também reajustes para várias categorias do serviço público.

Com rendimento mensal de R\$ 8,5 mil desde janeiro de 1995, o presidente pediu, em tom de brincadeira, equiparação. “Quero equivalência salarial”, disse. Segundo assessores, ele só quis encarar, com bom humor, o fato de decidir manter os salários do Executivo, apesar do reajuste do Judiciário. Pelos cálculos do STF, o impacto do reajuste no Orçamento será de R\$ 48 milhões. (**Gilse Guedes e Mariângela Gallucci**)